



Documento de referência das melhores técnicas disponíveis

Foi publicada a primeira versão para a indústria alimentar

Atendendo à necessidade de minimizar os impactos de alguns processos de produção industrial, com um contributo significativo para a poluição gerada na Europa, a União Europeia aprovou uma medida de redução integrada da poluição, baseada na prevenção, através da Directiva nº 96/61/CE do Conselho, também designada Directiva IPPC (*Integrated Pollution Process Control*).

Mais especificamente, a Directiva IPPC conduz à necessidade de existir uma abordagem global integrada, por parte dos operadores e agentes reguladores, sobre o potencial de poluição de certas categorias de instalações.

O grande objectivo desta abordagem integrada é melhorar a gestão e o controle dos processos industriais e assegurar um elevado nível de protecção do ambiente como um todo. Um dos pontos centrais desta abordagem reside no princípio pelo qual os operadores devem adoptar todas as medidas preventivas apropriadas contra a poluição, em particular através da aplicação das melhores técnicas disponíveis (MTD) como via de melhoramento dos rendimentos ambientais.

O termo “melhores técnicas disponíveis” é definido na Directiva como “a fase de desenvolvimento mais eficaz e avançada das actividades e dos respectivos modos de exploração, que demonstre a aptidão prática de técnicas específicas para constituir, em princípio, a base dos valores-limite de emissão com vista a evitar e, quando tal não seja possível, a reduzir de em modo geral as emissões e o impacto no ambiente no seu todo”. Por outro lado a Directiva prevê ainda “o intercâmbio de informações entre os Estados-membros e as indústrias interessadas sobre as melhores técnicas disponíveis, as medidas de monitorização associadas e a sua evolução”.

Entretanto, no passado mês de Abril, foi publicada uma primeira proposta do guia da Indústria Agro-Alimentar que definirá as melhores técnicas disponíveis, mais conhecido como BREF (documento de referência das melhores técnicas disponíveis). Assim, enquanto os Estados membros implementam a Directiva, a Comissão prepara este guia de referência que dará às autoridades licenciadoras conselhos técnicos para proceder às autorizações ambientais das instalações agro-alimentares, embora, na decisão final, devam igualmente pesar (a) as características técnicas das instalações, (b) a localização geográfica e (c) as condições ambientais locais.

A FIPA, que em 2001 tinha criado um grupo de trabalho para o acompanhamento desta temática, está actualmente a proceder a uma análise sectorial dos dados fornecidos por Portugal. Os comentários finais deverão ser enviados para o Bureau de Sevilha até finais do mês de Junho.

BREVES

Revisão da Directiva Embalagem

O calendário para votação do Relatório Corbey foi modificado. A votação no seio da Comissão Ambiente do parlamento Europeu foi adiada para o mês de Junho. O Relatório deverá ser votado nos dias 3 e 4 de Junho ou 17 e 18 de Junho. A votação em plenário está prevista para a sessão de Julho.

Desenvolvimento sustentável

O relatório sobre o desenvolvimento sustentável do sector agro-alimentar será oficialmente publicado pela UNEP e apresentado à imprensa no dia 15 de Maio.

Contactos comerciais

A Embaixada Real dos Países Baixos, nomeadamente o Departamento da Agricultura, Conservação da Natureza e das Pescas, organizará um encontro comercial com exportadores neerlandeses de produtos alimentares.

Este encontro realizar-se-á no dia 4 de Junho em Lisboa, no Hotel Le Meridian e no dia 5 de Junho no Porto, no Hotel Ipanema Park.



EVENTOS

Qualidade e Segurança Alimentar

Data: Maio 20 a 21
Organização: Instituto Superior de Agronomia, Lisboa
Local: Instituto Superior de Agronomia, Lisboa
Contacto: Cristina Mariz – ISA
Tapada da Ajuda - 1349-017 Lisboa
Tel: +351 21 365 31 28
Email: crismariz@isa.utl.pt

3º Congresso Nacional de Bioética – Afecção de recursos para a saúde: perspectivas para um novo SNS

Data: Maio 23 a 24
Local: Auditório Cardeal de Medeiros, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa
Contacto: Serviço de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina do Porto
Tel: +351 22 557 34 60
Email: ruinunes@med.up.pt
Web: www.bioetica.med.up.pt

10ª Jornadas de Biotecnologia de Leveduras – “Professor Nicolau van Uden”

Data: Maio 23 a 25
Organização: Universidade do Algarve
Local: Campus Gambelas, Faro
Contacto: Carla Mendes
Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais
Campus Gambelas
8000-117 Faro
Email: jleveduras@ualg.pt
Web: www.ualg.pt/anuncios/Divulgacao/uca/org.html

Food Safety 2002

Data: Maio 24 a 25
Organização: IPATIMUP – Instituto de Patologia Molecular e Imunologia da Universidade do Porto
Local: Seminário de Vilar
Rua Arceidiago Van Zeller, 50
4050-621 Porto
Contacto: Susana Silva
IPATIMUP
Rua Dr. Norberto Frias s/n
4200 Porto
Tel: +351 22 557 07 00
Fax: +351 22 557 07 99
Email: cursos@ipatimup.pt
Web: <http://www.foodsafety.co.pt>

Reforma da Política Agrícola Comum

O diálogo agricultura - indústria

No passado dia 13 de Maio, David Byrne, o comissário responsável pela saúde e protecção do consumidor, e Franz Fischler, comissário responsável pela agricultura, desenvolvimento rural e pescas, encerraram um ano de discussão estratégica em torno da reforma da política agrícola e alimentar na Europa.

O desenvolvimento de uma abordagem integrada da qualidade em todas as etapas do processo de produção agrícola e alimentar e a consciencialização do consumidor sobre a importância da qualidade, são os temas que cimentam este longo diálogo.

A ideia de “découplage” das ajudas directas, ou seja, a dissociação dos pagamentos do nível de produção e a possibilidade de se fixarem critérios para o pagamento das ajudas (ambiente, qualidade e segurança alimentar) ganham cada vez maior consistência, bem como a ideia do reforço do segundo pilar da PAC (desenvolvimento rural) pela redução das ajudas directas e pela poupança decorrente da modulação.

De acordo com o Comissário Fischler, estas serão as grandes linhas de força da revisão intercalar da PAC, no âmbito de um documento aguardado para 19 de Junho e que conterão as propostas de alteração da actual PAC.

As propostas apresentadas deverão, no entanto, merecer alguma contestação em Portugal, sendo cada vez mais de excluir, a ideia de liberalização da PAC face ao alargamento e às negociações da OMC.

OGM's

Profissionais expõem considerações

No âmbito de uma audição pública sobre os OGM's que decorreu no Parlamento Europeu no passado dia 25 de Abril, os representantes das organizações agrícolas COPA/COGECA (Comité das organizações profissionais agrícolas da UE/Comité geral da cooperação agrícola da UE), apresentaram as suas observações relativamente às propostas da Comissão Europeia sobre OGM's (rastreadibilidade e etiquetagem, alimentos geneticamente modificados e alimentos para animais transgénicos).

A FEFAC (Federação Europeia de Fabricantes de Alimentos Compostos) esteve igualmente representada nesta audição pública, pelo seu Secretário-Geral, Alexander Doring. Para o COPA/COGECA, a segurança e a confiança dos consumidores são essenciais, pelo que a utilização da engenharia genética não pode comprometer o ambiente (biodiversidade).

Entretanto, o prazo para sugestão de alterações às duas propostas de regulamento terminou no passado dia 26 de Abril. Foram propostas 337 alterações ao texto sobre alimentos e ingredientes derivados de OGM's (relatório Scheele) e 138 alterações à proposta de rastreabilidade e rotulagem (relatório Trakatelis). Tal como esperado, foram expostas posições muito divergentes incluindo várias divisões no seio dos grupos políticos. Foram igualmente registadas inúmeras propostas de alteração que correspondem às actuais preocupações da indústria. Todas as propostas serão discutidas na Comissão Ambiente de 22 e 23 de Maio com a votação em comissão prevista para o dia 3 de Junho.

Nova lei agrícola dos EUA criticada na União Europeia

A nova lei agrícola norte americana aumenta em 70% os apoios concedidos à agricultura. Os negociadores da Câmara dos representantes e do Senado chegaram a um compromisso sobre uma nova Lei agrícola, menos liberal e com maiores apoios que a lei actualmente em vigor (Freedom Farm Act de 1996, ou, como ficou mais conhecida, a Farm Bill). Fixando financiamentos até 2012, o projecto de Lei prevê despesas suplementares de 73.5 mil milhões de dólares em 10 anos (44.5 mil milhões para os 6 primeiros exercícios), às quais acresce um orçamento de base de 107 mil milhões de dólares cobrindo as medidas existentes. O projecto reactiva o sistema de preços objectivo para os cereais, algodão e soja, prevendo o aumento dos preços de suporte para o milho, algodão e trigo, baixa para a soja e um suplemento de despesas de 80% (1.7 mil milhões de euros/ano) para favorecer as práticas respeitosas do ambiente. O plafond das ajudas às explorações passarão de um limite de 460 000 dólares para 360 000 dólares. Este projecto já mereceu uma forte crítica da parte do Comissário Fischler, referindo que o mesmo conduzirá a fortes distorções da concorrência, no mercado mundial.